



Recebido em:  
05/07/2017  
Aprovado em:  
07/07/2017  
Editor Respo.: Veleida  
Anahi  
Bernard Charlort  
Método de Avaliação:  
Double Blind Review  
E-ISSN:1982-3657  
Doi:

## ESPAÇOS DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL PARA PEDAGOGOS NA GESTÃO PÚBLICA

IZABEL CRISTINA SILVA XAVIER

EIXO: 7. EDUCAÇÃO, TRABALHO E JUVENTUDE

### RESUMO

Este artigo objetiva identificar os diferentes espaços de atuação profissional de pedagogos na gestão pública. Discute sobre a valorização dos profissionais da educação, em especial, dos pedagogos. É resultante de uma pesquisa com abordagem qualitativa e de natureza descritiva. Utilizou-se como técnica de coleta de dados a pesquisa documental entre editais de concursos públicos lançados nos 417 municípios do Estado da Bahia, entre os anos de 2004 a 2016. Na análise, excluiu-se os cargos de docência e buscou-se relacionar as categorias: pré-requisitos, cargo, remuneração, jornada de trabalho e atribuições destinadas aos pedagogos. A correlação dos dados mostrou que os perfis profissiográficos dos cargos oferecidos aos pedagogos ainda estão longe de conferir valorização a esses profissionais da educação.

**Palavras-chave:** Atuação profissional. Pedagogos. Gestão Pública.

### ABSTRACT

This article aims to identify the different spaces of professional performance of pedagogues in public management. It discusses the valuation of education professionals, especially of pedagogues. It is the result of research with a qualitative and descriptive approach. Documentary research was used as a data collection technique between calls for tenders launched in the 417 municipalities of the State of Bahia, between 2004 and 2016. In the analysis, the teaching positions were excluded and the aim was to relate the Categories: prerequisites, position, remuneration, working hours and assignments for pedagogues. The correlation of the data showed that the professional profiles of the positions offered to pedagogues are still far from conferring value to these professionals of education.

**Keywords:** Professional performance. Pedagogues. Public administration.

### INTRODUÇÃO

Este texto busca contribuir com as discussões sobre a atuação profissional dos formados em Pedagogia e sua relação com o mundo do trabalho. Isto porque a inserção no mercado de trabalho assume, nas relações sociais que desenvolvemos, papel preponderante na vida das pessoas. Uma estimativa positiva de inserção no mercado de trabalho favorece o desenvolvimento do sujeito, o fortalecimento do diploma e a avaliação da qualidade da formação (NOGUEIRA; CATANI, 2007). Nesse contexto, pesquisar como a gestão pública está absorvendo os egressos do curso de Pedagogia é crucial para o entendimento das contribuições dessa formação para os sujeitos, mercado de trabalho e contexto social e educacional. O término de um curso de graduação certifica os estudantes, conferindo-lhes identidade social, atribuindo-lhes papéis a desempenhar, além de demarcar o lugar desse indivíduo no mercado de capitais (financeiro, social, cultural etc.). (NOGUEIRA; CATANI, 2007).

Escolheu-se particularizar a pesquisa no Setor Público devido à seleção de pessoal para a Administração Pública ocorrer através de processo licitatório (concurso público), diferentemente do modo de seleção do Setor Privado. Nesse processo, a partir de um edital, se documenta de forma transparente e pública não apenas a forma de ingresso, como também carga horária de trabalho oferecida, remuneração, atribuições, pré-requisitos, dentre outras informações relevantes de identificação e pesquisa.

A produção literária brasileira abordando a temática dos concursos públicos ainda é pouco explorada no meio acadêmico. Esta realidade contrasta com os dados levantados por Santos (2014) em relação ao impacto dos concursos públicos no país. De acordo com a autora, o segmento tem crescido cerca de 40% ao ano e movimentado economicamente, em 2013, em torno de 50 bilhões de reais (SANTOS, 2014). Comparando esses dados com o percentual populacional total do país (IBGE, 2013) percebe-se que aproximadamente 6% da população brasileira dedicava-se à preparação para concursos públicos no referido ano. Se o cruzamento for feito apenas com o percentual total da População Economicamente Ativa (PEA): aqueles que estão trabalhando ou procurando emprego e que, supostamente, têm possibilidades de sustentação desse mercado em crescimento, o percentual sobe para 11,8%.

A migração do estágio da pessoalidade para o da impessoalidade tem reflexos significativos na distribuição de pessoas e capitais (SANTOS, 2014). Os estudos de Bourdieu nos possibilita entender a dinâmica social dos concursos públicos e torna viável analisar os reflexos dessa seleção na escolha profissional das pessoas, o privilégio de determinadas áreas de formação perante outras nos processos seletivos e como isso pode vir a impactar na vida dos egressos do sistema educacional, em especial da graduação em Pedagogia.

## METODOLOGIA

Esta pesquisa foi realizada com uma abordagem qualitativa e de natureza descritiva e buscou-se em seu desenvolvimento a descrição de características que englobavam as oportunidades reservadas aos pedagogos na gestão pública, como também estabelecer relação entre categorias para seu entendimento. (GIL, 2008). Seu delineamento envolveu a análise documental nos editais de concursos públicos lançados no Estado da Bahia entre os anos de 2004 e 2016 e que tinham expressamente em sua descrição vagas para pedagogos além da docência. Este estudo definiu-se como *ex-post-facto*, por buscar investigar um fenômeno já ocorrido (GIL, 2008).

Com esse delineamento de pesquisa buscou-se respostas para as seguintes perguntas: 1- Em seus editais de concursos a gestão pública na Bahia oferece cargos para pedagogos além da docência 2- Oferecendo-se, como se configuram esses cargos 3- Existindo cargos, qual a correlação entre as categorias: pré-requisitos, carga horária de trabalho, remuneração e atribuições 4- Existe diferença entre a carga horária e remuneração para os pedagogos em comparação a dos demais profissionais de nível superior

Para explorar essas perguntas adotou-se os seguintes pressupostos: a) existe na gestão pública cargos para pedagogos que excetuem a função de professor; b) os profissionais de Pedagogia são subvalorados na gestão pública em comparação aos demais profissionais de nível superior; c) ainda são poucos os cargos administrativos que reconhecidamente podem ser ocupados por pedagogos na Bahia. Apresenta-se a seguir os critérios que nortearam a delimitação da pesquisa, tendo como base as escolhas supracitadas.

A localização geográfica da instância pública promotora do concurso público foi um dos fatores limítrofes dessa pesquisa. Foi de interesse o levantamento da discussão a partir do que é local, ou seja, do que se processualiza no Estado da Bahia. Exceção a essa regra foi dada apenas às instituições federais de educação superior, como: a Universidade Federal da Bahia (UFBA), o Instituto Federal de Educação (IFBA) e o Instituto Federal Baiano (IF Baiano). Isso porque a promoção de seus concursos dá-se no âmbito apenas do estado da Bahia, ou seja, tanto a realização das provas quanto a destinação dos cargos são especificamente para o *locus* Bahia e não outros estados brasileiros.

Outro recorte importante foi em relação ao espaço de atuação dos pedagogos, visto que, para os fins dessa pesquisa, interessava a identificação de cargos que não fossem os de professores. Isto porque corrobora-se com as discussões empreendidas por Felden et. al. (2013), Libâneo (2001), Orzechowski et. al. (2014) e Franco et. al. (2007) sobre os espaços de atuação dos pedagogos. Estes autores asseveram que o perfil dos pedagogos não pode ser confundido

(ou melhor) traduzido, pelo de professores, uma vez que nem todos os professores são pedagogos e nem todos os pedagogos desejam ser professores.

Obteve-se acesso aos editais a partir de consulta *on line* à base de dados de sites específicos de concursos e análise dos diários oficiais municipais e estadual constante no setor de jornais da Biblioteca Pública dos Barris, na cidade de Salvador-Ba. A análise documental compreendeu a catalogação de 213 (duzentos e treze) editais publicados nos diários oficiais do estado da Bahia, de seus municípios e da União. Buscou-se filtrar nesses editais os cargos oferecidos para pedagogos que excetuassem aqueles relacionados à docência e foram identificados 79 (setenta e nove) editais com essa característica.

Para a busca de informações em cada um dos editais fez-se uso de um roteiro de investigação contendo quarenta e quatro itens agrupados em quatro descritores: 1- **caracterização** (com cinco itens de identificação prévia); 2- **diplomação** (com dez itens buscando-se informações sobre a formação, perfil e exigências para assunção ao cargo); 3- **cargo** (com vinte e cinco itens relacionados à informações sobre o cargo, remuneração, carga horária de trabalho, etc.); 4- **conhecimentos prévios** (com quatro itens sobre os conteúdos das provas).

## REFERENCIAL TEÓRICO

### A hierarquização das carreiras no mercado de trabalho brasileiro

A pesquisa de qualificação profissional e mercado de trabalho apresentada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2011), delineia que a migração de uma economia agrário-exportadora para industrial, na década de 1930, trouxe ao Brasil importantes mudanças para o mercado de trabalho no país. A elevada oferta de mão de obra (devido ao aumento populacional e a migração para os centros industriais) e o processo de acumulação de capital (baixo custo com mão de obra e reinvestimento na produção) são reflexos dessas mudanças na condução da economia.

No entanto, conforme constatou o DIEESE, esse crescimento e diversificação na economia ampliou a desigualdade social no país devido ao crescimento industrial não se traduzir em crescimento de qualificação e renda para o conjunto dos trabalhadores brasileiros. Por esse crescimento econômico ser pontual e se refletir mais em disparidades de renda do que em conquistas reais para a população é que este *boom* econômico rapidamente deu lugar a um período de estagnação, identificado na década de 1960 e, posteriormente, na década de 1980.

Os reflexos de períodos de crescimento e estagnação como os apontados (e que se repetiram em períodos posteriores) têm consequências diretas no mercado de trabalho, incidindo ora em abundância de mão de obra (o que diminui o poder de barganha de ganhos dos trabalhadores), ora em escassez de postos de trabalho (o que aumenta as taxas de desemprego e diminui os direitos trabalhistas adquiridos pelos vendedores da força de trabalho). Num caso ou no outro, percebemos assim como igualdade social e crescimento econômico se mostraram desalinhados no mercado de trabalho brasileiro. Uma consequência direta desta conjuntura é que amplia a competição entre os indivíduos e culmina no aumento “natural” do nível de escolaridade da população em busca de melhores condições de vida, remuneração e oportunidades de emprego.

A educação superior passa a ser vista então como o chamariz, uma das vias mais promissoras de galgar essas melhores condições de vida com a obtenção de certificações. No sistema e-MEC, do Ministério da Educação, encontra-se disponível um banco de dados sobre as instituições de educação superior do país. Nele, ao pesquisar-se o quantitativo de cursos de dezenove das principais universidades federais brasileiras identificamos que elas possuem entre 40 a 153 cursos disponíveis à população. São, desse modo, diferentes possibilidades de imersão no mundo das carreiras para quaisquer interessados na formação superior e em obter certificados que serão sua carta de apresentação no mercado de trabalho.

É inegável que essas carreiras não são valoradas da mesma forma. Seja pelo prestígio social que detêm (QUEIROZ, 2001), seja pelo retorno financeiro que poderão propiciar (DIEESE, 2011) ou ambas as possibilidades, as carreiras se diferenciam nas relações sociais que se processualizam e têm a característica de manter ou possibilitar mobilidade social. Para Bourdieu, a manutenção da relação entre diploma e cargos é a base pela qual se processualiza ou não mobilidade. Busca-se cotidianamente velar essa relação entre cargos e diplomas, e a hierarquia entre cada um deles,

pelo discurso da meritocracia, mas o que está em jogo no campo do mercado de trabalho é o acúmulo de capitais e a valoração deles na relação entre os indivíduos e os grupos sociais. (NOGUEIRA; CATANI, 2007).

Os estudos sobre estratificação e mobilidade social apontam que no Brasil os rendimentos, sejam eles econômicos ou simbólicos, para os portadores de diploma são bem mais acentuados do que para aqueles que não os detêm. (VARGAS, 2009). Cada ano a mais de estudo tem representatividade significativa no salário e ambos inferem diretamente no campo social e cultural dos indivíduos. Contudo, coexiste nesse contexto a rígida hierarquia entre as carreiras que faz com que esses ganhos socioculturais e econômicos difiram de acordo com o prestígio social da carreira seguida e incidam diretamente sobre o campo profissional e institucional. (VARGAS, 2009). A desigualdade educacional, assim, explica a desigualdade econômica e, num círculo vicioso, esta alimenta aquela propiciando que haja não só uma diferenciação interna entre as carreiras, mas uma diferenciação que tende a se perpetuar no contexto social das pessoas.

Em outras palavras, no país, a educação superior é uma via de mobilidade social. No entanto, ela é permeada mais por uma profissionalização do que pela universalização do saber. Da forma como se processualiza em nosso meio social, a educação superior tende mais a organizar desigualdades do que favorecer que estas sejam ultrapassadas. Isto porque as diferentes graduações superiores socioeconomicamente possuem uma hierarquia de valor entre si, o que faz com que determinados cursos superiores sejam mais valorizados que outros. Na visão de Vargas (2009), essa hierarquização entre os cursos e, sucessivamente, entre as carreiras, tem a capacidade de “[...] organizar as relações sociais, capacidade essa que passa a influenciar a estruturação e hierarquização do mundo social como um todo”. (VARGAS, 2009, p. 9).

Os cursos de educação superior profissionalizam e esta profissão abre ou fecha portas ao profissional nas relações sociais que se desenvolvem. Ora, sendo esta uma profissão de maior ou menor prestígio vai impactar diretamente na vida do sujeito, seja na determinação da faixa remuneratória a que poderá ter acesso, seja na definição dos cargos que poderá obter, seja no alargamento ou não de seus nichos socioculturais. Profissões tradicionais ou de maior interesse de mercado tendem a concentrar “[...] candidatos de alto poder aquisitivo em cursos de elevado prestígio social, para os quais são selecionados os que obtêm rendimento excelente nas provas”. (VARGAS, 2009, p. 10). A manutenção desse *status quo* tende a reforçar a hierarquia entre os cursos e as carreiras. Esta hierarquia propicia que haja uma distinção entre as carreiras no mercado de trabalho brasileiro de tal forma que, como efeito dominó, espalha-se por diferentes níveis da organização social e, em muitos casos, impede mais do que propicia mobilidade social.

### **A formação em Pedagogia e seus egressos**

A Pedagogia, em nosso contexto social, foi sendo relacionada à educação e vista como uma forma de delineamento do processo de se educar. (SAVIANI, 2007). Essa relação atrelou o conceito à prática educativa de tal maneira que se passou a identificar a Pedagogia como o modo de realização da educação.

Contrapondo-se ou não, esses modos de pensar a Pedagogia direcionam a maneira como ela se introduzirá e se institucionalizará nos institutos de educação e, em decorrência, nas universidades brasileiras. Desse modo, a formação em Pedagogia ganha espaço no cenário brasileiro como curso superior que forma professores para as escolas secundárias, para o atendimento da necessidade de formação daqueles que formariam as crianças e jovens do país. Saviani (2007), assevera que o curso de pedagogia era de bacharelado, com duração de três anos. Ao cursar mais um ano de didática o bacharel em Pedagogia licenciava-se para atuar como professor. Em conformidade ao observado por Felden et. al. (2013) e Orzechowski et. al. (2014), é possível perceber que as diretrizes demarcam diferentes espaços de atuação para os egressos dos cursos de Pedagogia, tendo a docência na base de sua formação, contudo, ampliando o alcance de suas práticas educativas para diversificadas formas de intervenção na vida social. Franco et. al. (2007) acreditam que a base curricular da pedagogia deve extrapolar a docência, uma vez que a função docente é pedagógica, contudo, o que é pedagógico não se resume apenas a ela.

A crítica dos autores aos parâmetros utilizados para a promulgação das diretrizes do curso de Pedagogia assenta-se na perspectiva de que se deveria tratar da Graduação em Pedagogia que tem por finalidade também a formação profissional daqueles que têm mais interesse nos estudos teóricos pedagógicos do que da docência propriamente dita. A formação dos pedagogos tem especificidades próprias que vão além da prática educativa. Brzezinski (2013), trava

essa discussão também no âmbito do Plano Nacional de Educação (PNE). Para ela, as políticas de Estado para a educação devem confluir para a criação de um subsistema que tenha como foco a formação e a valorização dos profissionais da educação. Em corroboração ao pensamento de Franco et. al. (2007) e Orzechowski et. al. (2014), Aguiar et. al. (2006) salientam que é preciso não só assegurar os espaços de atuação escolares como redesenhar constantemente os espaços que extrapolam os limites da educação formal, pelo fato de não serem o lugar comum de atuação e flutuarem com maior frequência.

O censo da educação superior, realizado pelo INEP/MEC em 2013, revela que o curso de Pedagogia está entre os dez mais procurados no país, com mais de quinhentos e sessenta mil matrículas registradas. Nesse contexto, tem-se a urgência de pensar as possibilidades econômico-sociais para os egressos desse curso, numa perspectiva micro (mercado de trabalho) e macro (mundo do trabalho). Na busca por delinear que outras funções podem ser exercidas pelos pedagogos, Felden et. al. (2013) observam que em diferentes países eles são reconhecidos como profissionais habilitados e com competências para exercer funções administrativas e gerenciais. Nesse contexto, é que o interesse nessa escrita é centrado nos cargos que foram destinados aos pedagogos na esfera pública baiana, excetuando-se os cargos de docência.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apresenta-se nesse espaço os resultados a partir da análise dos dados elencados. Afirma-se que a discussão promovida não busca esgotar a temática e sim adicionar um ponto e vírgula ao assunto abordado.

Identificou-se que parte dos municípios baianos— principalmente os menores em termos populacionais e/ou renda *per capita*— promoveram a associação do diploma em Pedagogia à função professor da educação infantil e/ou dos anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano), oferecendo aos formados na área cargos estritamente relacionados à função básica da sua formação em Pedagogia. Essa identificação está associada ao fato de, na busca inicial dos editais, serem encontrados 261 (duzentos e sessenta e um) cargos para pedagogos em processos seletivos públicos no Estado da Bahia. Contudo, ao se excluir os cargos de professor o quantitativo caiu para 92 (noventa e dois) cargos para pedagogos. Desse total, 59 (cinquenta e nove) deles foram promovidos por prefeituras municipais, demonstrando serem essas as maiores absorvedoras de pedagogos em cargos públicos no estado, responsabilizando-se por 64% das vagas específicas para esses profissionais.

Como próximo passo, buscou-se descobrir que cargos as prefeituras municipais baianas estavam atribuindo aos pedagogos. Essa informação foi encontrada a partir do cruzamento da nomenclatura do cargo com os requisitos para que se pudesse pleiteá-lo (minimamente ser formado em Pedagogia). Observou-se que estes cargos estavam relacionados com o universo da escola formalmente instituída devido a 45,8% deles estarem voltados para a função de coordenador pedagógico, 11,9% para cargos de psicopedagogo e 6,8% para cargos de supervisores e orientadores educacionais, totalizando 64% de toda a oferta. Os demais 30,5% eram para o cargo de pedagogo que não se encontrava delineado no edital se atuariam ou não nas escolas e apenas 5% dos cargos oferecidos extrapolavam de fato os muros escolares, enquadrando-se em especificações de cargos, como especialistas e analistas.

Se os cargos públicos nos municípios baianos para os pedagogos se apoiam nas necessidades do ensino/aprendizagem especificamente escolar supõe-se então que ou a renda per capita dos municípios não permite que os gestores priorizem a ampliação da qualidade do serviço público que presta à população ou ainda não se difundiu entre elas o conhecimento de que pedagogos têm capacidade e certificação para exercer outras funções além daquelas desempenhadas nas escolas ou, de fato, não há nessas localidades outras necessidades de atuação para esses profissionais.

Aproveitando a imersão na temática dos cargos para pedagogos circunscritos no universo escolar, será descrito o que se encontrou nos dados relacionados às universidades públicas e institutos federais de educação da Bahia. Voltadas ao ensino, essas instituições basicamente oferecem duas possibilidades de cargos aos pedagogos: pedagogo e/ou técnico em assuntos educacionais. Esse último cargo é não-exclusivo, visto que tem como requisito a diplomação em Pedagogia e/ou qualquer outra licenciatura. Nos perfis profissiográficos desses cargos, elencados nos editais, é possível perceber que os pedagogos desempenharão funções no âmbito da adequação das instituições escolares às normatizações e necessidades da educação básica, profissionalizante e superior. Por outro lado, o técnico em

assuntos educacionais engloba em si as funções de coordenador e supervisor das atividades correlatas ao ensino. A ambos os cargos é atribuída a função de assessoramento das atividades desenvolvidas no ensino, na pesquisa e na extensão.

Comparando as competências atribuídas a cada um dos cargos é possível perceber que há distinções entre elas, contudo, são distinções que subdividem aquilo que a formação em Pedagogia engloba em seu conjunto de atribuições e que, diferentemente de outras licenciaturas, faz parte do perfil profissiográfico dos formados em Pedagogia. Possivelmente por se tratarem de atividades muito próximas às ações relacionadas com o ensino e a aprendizagem, o cargo de técnico em assuntos educacionais é estendido aos graduados em outras licenciaturas. Contudo, ao se fazer uma análise detalhada das atribuições ao cargo percebe-se que se trata de um perfil mais pedagógico do que envolto em atribuições de outras licenciaturas.

O cargo é de técnico em assuntos educacionais, tem como conhecimentos específicos todo um conteúdo notadamente pedagógico, descrição de atribuições relacionadas ao processo de ensino-aprendizagem e, ainda assim, tem aberta a possibilidade de assunção ao cargo a qualquer outra licenciatura. Esta não é uma crítica às demais licenciaturas. É uma discussão sobre o lugar dos pedagogos, da formação em Pedagogia, afinal, para quê pedagogos se qualquer licenciado pode desenvolver atividades de conhecimentos pedagógicos. O histórico da formação em Pedagogia no Brasil está permeado por disciplinas voltadas à administração escolar. Saviani (2007); Libâneo (2001); Franco et. al. (2007); Orzechowski et. al. (2014); e as DCN-Pedagogia comprovam essa afirmação. Estudos mais aprofundados são necessários para que seja possível identificar o que as demais licenciaturas têm em seus perfis profissiográficos que permitam assunção a um cargo especificamente pedagógico.

Procedeu-se a organização dos dados buscando a separação dos cargos entre aqueles oferecidos por municípios, estado e instituições federais com atuação na Bahia. Esta distinção proporcionou identificar determinados dados, como: desproporcionalidade remuneratória, nichos profissionais de inserção dos pedagogos e regime jurídico de vínculo com a administração pública que passariam despercebidos sem ela.

Em se tratando da especificidade da vinculação jurídica, identificamos que dezesseis cargos destinados aos pedagogos faziam parte de processo seletivo simplificado para contratação por tempo determinado, em regime especial de direito administrativo (REDA). Essas contratações temporárias concentraram-se no âmbito dos municípios, caracterizando 27% do total da oferta de vagas nas unidades administrativas municipais no estado baiano. A grande maioria desses cargos temporários era para o cargo de coordenador pedagógico. Numa distribuição temporal, observou-se que essas seleções precárias foram mais proeminentes nos anos de 2014 (oito, dos vinte e quatro cargos encontrados) e em 2015 (três dos cinco cargos encontrados). O ano de 2014 concentrou um terço do total de cargos para pedagogos, fora da sala de aula, em contratações por REDA, enquanto que 2015 foi mais além e ampliou a faixa para 60% dos cargos encontrados. A conjuntura político-econômica do país nesse período pode ter determinado essa ocorrência nos municípios baianos e explicar, em parte, o motivo pelo qual determinadas prefeituras municipais da Bahia passaram a destinar cargos para pedagogos em seus quadros de vagas em caráter temporário.

Nas informações sobre jornada de trabalho foi possível identificar que a carga horária do pedagogo, a depender do cargo, poderia variar de 20h a 40h semanais, contudo, mais de 60% dos editais traziam na descrição uma jornada de trabalho de 40h. A flexibilização maior na jornada dava-se justamente nos cargos de coordenação, supervisão e orientação escolar, pois o profissional poderia optar entre 20h ou 40h.

Em relação à remuneração foi possível identificar que a diferenciação entre pedagogos e demais profissionais com nível superior não apenas existe como sistematicamente é efetivada. Em 61% dos cargos analisados era oferecida aos graduados em Pedagogia uma remuneração *menor* que a dos demais profissionais com nível superior. Nos cargos oferecidos pela esfera municipal a diferença entre a remuneração que era oferecida aos pedagogos e aquela a demais profissionais de nível superior era alta. Enquanto aos pedagogos era oferecida a remuneração A, a outros profissionais era oferecida a remuneração A quadruplicada, por exemplo. Esta discrepância remuneratória foi observada principalmente quando comparamos a remuneração dos pedagogos com a dos profissionais da área de saúde, como médicos, enfermeiros e auditores em saúde.

Observa-se nos editais pesquisados que poucos são os cargos de nível superior em que a remuneração é equivalente à dos pedagogos. A comparação entre a remuneração mais alta no edital e os valores oferecidos aos pedagogos permitiu aferir que a distância valorativa entre os cargos para pedagogos e os de outras formações de nível superior

com maior prestígio tende ao crescimento nos municípios baianos. Mesmo quando a relação era feita entre remunerações para pedagogos e para formados em outras áreas que não fosse a de saúde, ainda assim, o fosso que separou estes diferentes profissionais ainda foi grande.

Queiroz (2001), buscando relacionar as carreiras de alto, médio e baixo prestígio, identificou que a Pedagogia, quando comparada às demais carreiras, não se encontra no mesmo nível de valorização. Essa identificação, em correlação com o observado por Brzezinski (2013) e os dados da pesquisa, permitiu observar que o prestígio da formação em Pedagogia no Estado da Bahia é inversamente proporcional a remuneração que é oferecida a seus profissionais.

Em contraponto, as instituições: Assembleia Legislativa (ALBA), Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Instituto Federal de Educação (IFBA) foram as menos apresentaram distinção de cargos/remuneração entre as diferentes graduações/diplomas. Nesses, e somente nesses, foi possível identificar cargos destinados a diferentes profissionais, entre eles os pedagogos, tendo a *mesma* jornada de trabalho e remuneração sendo oferecidas.

A triangulação dos dados referente à formação dos pedagogos e as exigências para que eles pudessem concorrer aos cargos levou à identificação do que se denominou de pré-requisitos. Em determinados editais de seleção não foi possível identificar que tipo de formação era exigida dos profissionais para que ocupassem cargos notadamente de atribuições pedagógicas. A generalidade como eles foram escritos não permitiu a identificação a formação exigida para assunção ao cargo descrito. Em outros casos, percebe-se que determinados cargos tanto poderiam ser ocupados por pedagogos quanto por psicólogos, principalmente quando eram cargos de natureza de recursos humanos. A especificidade dos pedagogos terem também formação em cultura indígena (especialização) e serviço social também foi identificada em dois dos editais, possivelmente, para atender às necessidades de instituições mais específicas, como daqueles municípios que tinham público-alvo particularizado para essas especificidades.

Encontrou-se também editais que, a depender do cargo, ter a formação em Pedagogia apenas não dava aos pedagogos o direito de assumir o cargo, visto que, além do diploma de graduação, eram feitas outras exigências. Uma aparente contradição encontrada nos editais refere-se à exigência de que o profissional tenha registro em órgão ou conselho competente. Diz-se contradição, pois a formação em Pedagogia ainda não está formatada nos moldes descritos. Os cargos que tinham como exigência experiência prévia, assim como a necessidade de ministrar aula perante banca, geralmente, eram os voltados para coordenações pedagógicas e/ou orientação e supervisão educacional. A especialização em psicopedagogia era cobrada nos cargos para psicopedagogos apenas e as habilitações específicas e demais especializações para cargos também específicos.

Nos diferentes processos seletivos pôde-se identificar que, à exceção dos conteúdos específicos e de língua portuguesa, a cobrança das demais especificidades de conhecimentos era variável. Editais que cobravam nos conteúdos programáticos raciocínio lógico, não cobravam matemática, por exemplo. Editais específicos traziam como necessidade que os candidatos demonstrassem conhecimentos de legislações, que foram enquadradas na pesquisa como “outras disciplinas”. Conhecimentos de informática e gerais foram cobrados por aproximadamente 50% das instituições ofertantes dos cargos. Uma particularidade dos conhecimentos de informática identificada foi que eram incluídos nos conteúdos das provas voltadas para os cargos de analistas, coordenadores, supervisores e orientadores educacionais. Após matemática, pôde-se identificar que redação era o conteúdo menos cobrado.

### **Considerações finais**

Esta pesquisa com o entrelaçamento de dados com mais de uma década de distância (2004-2016) permitiu identificar a perpetuação da desvalorização dos profissionais da educação e também o que, a nível federal, está sendo feito para reduzir a desigualdade desses profissionais em relação aos formados em outras graduações superiores no país. A necessidade de que as discriminações entre profissões sejam mais positivas para os formados em Pedagogia é real. Um calculista possivelmente deva saber o motivo pelo qual uma instituição federal consegue nivelar a remuneração que oferece aos profissionais que fazem parte do seu quadro de cargos e as demais esferas políticas não. O mesmo calculista, no entanto, talvez não saiba explicar a um profissional da Educação porque ele trabalhando mais horas “deva” receber menos que outros profissionais de nível superior. Que benefícios ganha uma sociedade que remunera mal e pouco valoriza os que cuidam da educação do país

A desigualdade educacional e a econômica são faces da mesma moeda de troca no mercado de trabalho que espelha

o contexto social brasileiro. É na imersão deste contexto que as diferentes carreiras, provenientes da educação superior, tendem a determinar as definições de cargos e diferenciação remuneratória para os diferentes nichos socioculturais dos trabalhadores. Pode-se ser confirmada a premissa inicial de que a relação entre cargos e diferenciação remuneratória se fazem presentes nos diferentes editais de seleção de trabalhadores para a gestão pública no Estado da Bahia. As diretrizes do curso de Pedagogia delineiam diferentes possibilidades para a atuação dos pedagogos no mercado de trabalho. Nesta pesquisa, identificou-se que as instituições públicas no Estado da Bahia ainda são tímidas na oferta de cargos “fora da caixa” aos pedagogos.

Ao se colocar em evidência a categoria jornada de trabalho na triangulação dos dados foi possível identificar que em determinado edital, por exemplo, estava descrito que o pedagogo ganharia um pouco a mais que um psicólogo, no entanto esse último tinha uma jornada de trabalho que era a metade daquela do pedagogo. Isso permite arguir que, embora aparentemente ganhando mais que outros profissionais de nível superior os pedagogos são convidados a trabalhar também mais e, no final, o que poderia ser uma vantagem termina por manter a *ordem das coisas*. Outro exemplo relaciona-se aos editais que tinham na descrição que os pedagogos ganhariam menos e trabalhariam mais que um determinado profissional da saúde. A mensuração das não apenas diferentes, mas múltiplas possibilidades de arranjos remuneração/jornada de trabalho num mesmo edital de seleção tornou o trabalho de correlação trabalhoso.

Acredita-se que esta pesquisa abre caminho para que outras de cunho também qualitativo e que possam ser desenvolvidas no intuito de captar nuances que extrapolam as possibilidades aqui apresentadas. Essas nuances referem-se à possibilidade de entrevistas com pessoas de diferentes profissões para identificar quais percepções têm da diferenciação no mercado de trabalho entre sua formação e as demais, por exemplo. Também a realização de uma pesquisa mais aprofundada nos setores/unidades de gestão de pessoas nas instituições federais de educação afim de identificar que reais funções buscam quando oferecem cargos de técnicos em assuntos educacionais a profissionais de qualquer licenciatura. Além dessas, é importante ampliar a correlação das categorias cargo/remuneração/carga horária para que consigamos definir com mais precisão o que aparentemente não tem contradição: a desvalorização de determinados profissionais perante outros.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Márcia A. da S.; BRZEZINSKI, Iria; FREITAS, Helena C. L.; SILVA, Marcelo S. P. da; PINO, Ivani R. Diretrizes curriculares do curso de pedagogia no Brasil: disputas de projetos no campo da formação do profissional da educação. **Educação & Sociedade**, v. 27, n. 96, p. 819-842, out. 2006.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo da educação superior: 2013 – resumo técnico**. Brasília: Inep, 2015.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). Resolução CNE/CP n. 5/2005. Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). Resolução CNE/CP n. 1, de 15 de maio de 2006. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). «e-MEC - Ministério da Educação». *emec.mec.gov.br*. Acesso em mai/ago 2016.

BRZEZINSKI, Iria. Formação e valorização dos profissionais da educação e o plano nacional de educação (2012 – 2). Educativa, Goiânia, v. 16, n. 1, p. 151-167, jan./jun. 2013.

CASTELAR, Ivan; VELOSO, Alexandre W. A.; FERREIRA, Roberto T; SOARES, Ilton. Uma análise dos determinantes de desempenho em concurso público. **Economia Aplicada**, v. 14, n. 1, p. 81-98, mar. 2010.

DIEESE. **Qualificação Profissional e Mercado de Trabalho**: reflexões e ensaios metodológicos construídos a partir da Pesquisa de Emprego e Desemprego/Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. – São Paulo: DIEESE, 2011.

FELDEN, Eliane de L.; LIMA, Geruza; KRAMER, Graciele D.; WEYH, Laís F. O pedagogo no contexto contemporâneo: desafios e responsabilidades. **Vivências**: Revista Eletrônica da URI. Vol. 9, Nº 17: p. 68-82, Out. 2013.

FRANCO, Maria A. S.; LIBNEO, José C.; PIMENTA, Selma. G. Elementos para a formulação de diretrizes curriculares para cursos de pedagogia. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 130, p. 63-97, abr. 2007.

GIL, Antônio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. – 6. ed.– São Paulo: Atlas, 2008.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. 2013, n. 32, 2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. **Estados: Bahia**. IBGE, 2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

LIBNEO, José C. Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas. **Educar em Revista**, n. 17, p. 153-176, jun. 2001.

NOGUEIRA, Maria A.; CATANI, Afrânio. **Pierre Bourdieu: escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 2007.

ORZECOWSKI, Suzete T.; MACHADO, Erico R.; OLKIVERA, Alexandre A. de. A formação do pedagogo para além da docência&8208; possibilidades de articulação entre a pedagogia social&8208; educação popular&8208; educação social. **X ANPED SUL**, Florianópolis, Out. 2014.

QUEIROZ, Delcele M. **Raça, gênero e educação superior**. 2001. 320 f. Tese (Doutoramento em educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador-BA, 2001.

SANTOS, Aline S. de S. **Os concursos públicos no campo jurídico-acadêmico brasileiro**. 322p. 2014. Tese (Doutorado) – Faculdade de Direito, Programa de Pós-graduação em Direito, Universidade de Brasília (PPGD/UnB), Brasília-DF, 2014.

SAVIANI, Dermeval. Pedagogia: o espaço da educação na universidade. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 130, p. 99-134, abr. 2007.

VARGAS, Hustana M. (I) Mobilidade social pela via do ensino superior. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, XIV, 2009, Rio de Janeiro. **Anais do XIV Congresso Brasileiro de Sociologia/Grupos de Trabalho/GT09 - Estratificação e Mobilidade Social**. Rio de Janeiro, RJ, 2009. p. 1-20.

**Informações sobre a autora:**

**Izabel Cristina Silva Xavier:** Mestranda em Administração no Programa de Pós-Graduação da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia- UFBA (2016-2018). Especialista em Gestão de Pessoas no Serviço Público com Ênfase em Gestão por Competências promovida pela Universidade Federal da Bahia (2017). Especialista em Psicopegagogia pela Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública (2014). Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia (2012). É servidora técnico-administrativa e membro da Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Universidade Federal da Bahia. Tem interesse na pesquisa da Avaliação e aprendizagem, Avaliação Institucional, Gestão Universitária e Carreiras no Serviço Público.